REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N° DE 2025. (Da Sra. Clarissa Tércio)

Requer informações ao Ministério do Planejamento e Orçamento, sobre o ajuste na proposta orçamentária de 2025, que inclui um corte de R\$ 7,7 bilhões no programa Bolsa Família.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente requerimento de informação ao Ministério do Planejamento e Orçamento, sobre o ajuste na proposta orçamentária de 2025, que inclui um corte de R\$ 7,7 bilhões no programa Bolsa Família.

Recentemente, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o Ofício nº 1137/2025/MPO, que trata sobre ajustes na proposta orçamentária de 2025. Na lista de ajustes, o governo está propondo o corte de (quase) R\$ 8 bilhões no Programa Bolsa Família.

Assim, com o intuito de prestar esclarecimentos a esta honrosa Casa, solicito que sejam enviados os seguintes esclarecimentos:

a) O que motivou o Governo Federal propor o corte em um Programa assistencial?





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Federal Clarissa Tércio - PP/PE

- b) Encaminhar cópia dos documentos relativos a justificativas, estudos técnicos, pareceres e projeções, que ensejaram a proposta de corte orçamentário.
- c) Quantas famílias serão afetadas pelo corte?
- d) Qual o montante de recursos que serão economizados com o corte?
- e) Em que será aplicado os recurso desta economia?

JUSTIFICATIVA

A transparência e o controle social são princípios fundamentais da Administração Pública, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como norteadores da atuação estatal.

Nos últimos dias, diversos veículos de comunicação e manifestações públicas têm apontado para o corte de gastos do programa denominado bolsa família, que atende milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social e pobreza.

Mesmo havendo diversos outros cortes que podem ser efetuados nas despesas públicas, a exemplo das despesas do denominado "gabinete informal", chefiado pela primeira dama, o fato que vem sendo divulgado, é que quem vai sofrer na "pele", pelo descontrole governamental é a população menos favorecida, que depende dos programas governamentais.

Tais informações, portanto, são fundamentais para garantir a transparência no uso dos recursos públicos e a fiscalização da administração federal, de modo que eventuais esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência julgar pertinentes também serão bem-vindos.





Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em _____ de março de 2025.

Clarissa Tércio Deputada Federal (PP/PE)



